

Em torno das cidades e naturezas na contemporaneidade: reflexões sobre o mundo urbano nas trilhas da bioetnodiversidade¹²

Ana Luiza Carvalho da Rocha^{*1}
Flávio Leonel Abreu da Silveira^{**1}

Introdução

A nossa intenção quando propomos este dossiê da Revista CADECS era a de promover um debate de caráter interdisciplinar sobre as problemáticas socioambientais e ecossistêmicas *das/nas* cidades brasileiras na contemporaneidade a partir do campo antropológico. Neste sentido, as reflexões em torno das cidades, sob a perspectiva da Antropologia Urbana e sua abertura a outras áreas do conhecimento (Velho, 2011), nos move no debate acerca dos seus enredamentos com as naturezas que nela pulsam, ou que estão presentes no seu entorno, seja pelas suas conexões com as zonas rurais e/ou pela presença de Unidades de Conservação (UCs) nos seus arredores.

A base da nossa argumentação reside no fato de que consideramos as complexas imbricações de elementos vários na e para a conformação socioespacial e simbólica das/nas cidades, as quais envolvem laços e dilemas coexistenciais entre os diversos entes vivos e não vivos que variam de acordo com os contextos em que emergem como fatos

¹ Recebido em 10 de junho de 2024; aceito para publicação em 12 de junho de 2024.

² Texto inicialmente produzido para fundamentar as ações de educação ambiental da ONG Instituto Anthropos a qual ambos os autores estiveram vinculados como sócios fundadores de 1996 a 2016, sediada na cidade de Porto Alegre.

^{*1} Doutorado pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne, e Pós-doutorado em Antropologia sonora e visual, Universidade Denis Diderot, Paris. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, professora permanente do ProfAGUA, Mestrado profissional de regulação e gestão de recursos hídricos/Instituto de Pesquisas Hidráulicas/IPH/UFRGS e colaboradora do Programa de Pós graduação em Antropologia Social/UFRGS. Pesquisadora associada ao Núcleo Antropologia Visual/Navisual) e coordenadora de pesquisa do do Banco de Imagens e Efeitos/BIEV/UFRGS (Porto Alegre).

^{**1} Doutorado em Antropologia Social (UFRGS) e Pós-doutorado em Antropologia Social (UFRGS). Professor Associado IV da Universidade Federal do Pará (UFPA); Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA). Pesquisador do CNPq.

sociais totais (Mauss, 1974) de relevância ambiental, aspecto esse que se revela, no nosso ponto de vista, não apenas necessário como urgente para o entendimento do objeto “cidade” enquanto fenômeno vinculado ao *Anthropos*, e que todavia é inseparável em termos ecossistêmicos, ao diverso de si não humano e, neste caso, diz respeito ao que chamamos aqui de bioetnodiversidade³, que convoca a (re)pensarmos as complexas interações entre cidade e natureza na contemporaneidade sob a perspectiva ética que concebe o olhar do *Outro* (e, conseqüentemente, os territórios existenciais que são as suas paisagens) como fundamental para o ofício dos profissionais do campo ambiental que atuam no mundo urbano, incluindo os antropólogos neste cenário.

Daí vislumbrarmos a necessidade de reflexões que mobilizem arcabouços teórico-metodológicos que permitam a compreensão das dinâmicas inerentes ao fenômeno urbano e a relevância de pensarmos acerca do papel do ofício do antropólogo quando se volta às problemáticas socioambientais urbanas num diálogo com outras disciplinas (mais especificamente com diferentes profissionais da área ambiental), como tentaremos deixar claro mais adiante.

Portanto, a nossa abordagem busca contemplar as nuances, os conflitos e congraçamentos mais-que-humanos que constituem agentivamente as paisagens citadinas no contexto brasileiro, considerando-se as interações entre a mesmidade (o intra-humano/intra-específico) e o diverso de si (a alteridade/o interespecífico) no meio urbano multiespécies em devir e que apresenta-se atravessado por problemáticas socioambientais, dinâmicas intersubjetivas e mundos-próprios (Uexkill, 1933) que desafiam as reflexões antropológicas diante do olhar do outro, ou ainda, das perspectivas humanas e não humanas em contextos citadinos, mas que exigem eticamente um recorrente olhar sobre si, que nos parece extensível a outros profissionais.

Ora, as reflexões necessárias para cotejarmos as temáticas socioambientais urbanas precisam voltar-se às conexões, nada simples, entre as vicissitudes de uma ecologia urbana e as sutilezas do conhecimento antropológico - portanto de uma ecoantropologia urbana - que indicam a dimensão processual e (des)contínua para a configuração de paisagens coexistentiais como expressões do mundo urbano (Silveira, 2016; 2020).

Tal fenomenologia sutil está ligada às potências do imaginário urbano, onde somos/estamos *com* os Outros e necessariamente implicam tensionamentos entre perspectivas/olhares/*eidós*, pois envolvem ontologias em contato (friccionadas,

³A noção de bioetnodiversidade antes de ser uma mera derivação do debate acerca da sócio e da biodiversidade, seria uma forma social complexa e interagentiva - portanto ligada ao trajeto antropológico (Durand, 1989) e as projeções paisageiras de coletivos em diferentes contextos ambientais e técnico-culturais (Berque, 2000; Corbin, 2001; Sansot, 1983) - que engendra imbricamentos/arranjos entre humanos e não humanos em dada eco-região, localmente praticada e simbolicamente situada mas detentora de fronteiras porosas, a partir de vínculos sensíveis de naturezasculturas (Fuentes, 2010; Malone, Ovenden, 2017) no espaçotempo, onde comunidades de destino mais-que-humanas coexistem em paisagens como entes relacionados, mas relativamente autônomos. Esta noção é tributária do nosso debate com diversos autores, tais como: Maturana (1978), Diegues, (1996); Little (2002/2003); Bateson (2000); Descola (2010; 2011), Ingold (2000) e Tsing (2018), entre outros.

aproximadas, coexistentes) que ao definirem formas de socialidades urbanas produzem *ethos* possíveis de convivência, ancorados em preceitos ético-morais onde os dilemas socioambientais urbanos precisam ser percebidos de maneira ampla, dialógica, para que o tema do humano se coadune ao do ambiente (e sua profusão mais-que-humana de existentes) para além dos colonialismos epistêmicos, ou das boas intenções que aprisionam o *Outro* mediante ponto de vista exógeno ao seu estar no mundo.

A discussão que propomos nesta edição do Caderno Eletrônico das Ciências Sociais pautado no debate entre horizontes disciplinares acerca do tema “Cidades e naturezas: perspectivas sobre o mundo urbano contemporâneo” abre-se às ponderações de profissionais de diferentes campos do conhecimento em diálogo com a antropologia, especialmente sobre as temáticas ambientais situadas no mundo urbano contemporâneo. Nestes termos, interessa-nos refletir sobre as dinâmicas urbanas em movimento - o seu caráter sistêmico e transformacional no espaço-tempo, nas suas vicissitudes macro-sociológicas e consequências éticas - considerando as formas de gestão de seus processos em termos simbólico-práticos, e por isso articuladores de natureza(s) e cultura(s) para a/na conformação do mundo urbano que preze pela chamada qualidade de vida.

Dada as dinâmicas ecológicas presentes em complexas associações entre humanos e não humanos, vivos ou não, para a configuração de paisagens citadinas, vislumbramos a necessidade de ampliação no olhar ou na abordagem do fenômeno urbano mais-que-humano, que exige um esforço teórico-metodológico de caráter interdisciplinar. Sendo assim, trata-se de considerar suas dinâmicas multiespécies e plurais na conformação de arranjos ecológicos na urbe, embora, saibamos, que na esfera micro sua conduta revela-se eminentemente interacional, prosaica, interespecífica (Silveira, 2013, 2015). De qualquer maneira, estamos sempre operando com as escalas de uma paisagem urbana, que desenham níveis sensíveis que a etnografia percorre e que possibilita, por certo, revolver simbolicamente as camadas de memórias - as memórias ambientais (Rocha e Eckert, 2021) - de seus habitantes.

O debate em questão evoca a necessidade de cotejarmos imagens, redes de relações, processos interacionais e formais *da/na* cidade que, por certo, a constituem, mas que também as ultrapassam já que ela nunca está fechada em si mesma e suas fronteiras permeáveis constituem espaços simbólico-práticos onde fluxos diversos de existentes, coisas e símbolos unem a localidade do espaço à espacialidade do lugar num contexto de projeção global (Tuan, 1984; Hannerz, 1997).

A partir daí, dimensões micro/meso/macro-éticas emergem diante do caráter disjuntivo engendrado pelos procedimentos nada prudentes do Capitaloceno (Moore, 2016) em busca da “natureza barata” que escasseia - que, se degrada o local, desdobra-se, não raro, em problemáticas globais, dado que os fluxos de seus capitais e os entrelaçamentos conflituosos de seus *scapes* (Appadurai, 1995) -, que desfigura as feições urbanas das cidades brasileiras ao gentrificá-las (Zukin, 1987), associando degradação ambiental à produção de constantes assimetrias socioeconômicas que subjagam as populações humanas, não raro deslocando-as de seus lugares de pertença desde uma longa duração.

Daí emergirem as complexidades para e na gestão do vivo/dos processos

ecológicos no mundo urbano, principalmente quando os pesquisamos em seus trânsitos/permanências/ emergências/proliferações, uma vez que os existentes (co)derivam nos ambientes (Maturana, 1978), conformam ambiências e, certamente, compõem paisagens no devir do tempo. Além disso, é preciso considerar as (des)continuidades entre rural e urbano nas dinâmicas ecossistêmicas e a produção de espaços híbridos, que tornam as cidades espaços fronteiriços uma vez que as pessoas circulam, interagem entre si e estabelecem vinculações simbólicas e práticas entre cidades e interiores - “o meu interior” como se diz em Belém (PA) - e, por outro lado, pelas complexas possibilidades coexistenciais entre humanos, animais e/ou vegetais (domésticos, silvestres, asselvajados) que se manifestam na urbe, já que a vida cidadina não representa limites - ou contextos purificados, para evocarmos Latour (1994), quando determinadas espécies em seu fluir nos espaços e na concreção de territórios se movem entre lugares praticados.

Basta ver a relevância de áreas verdes públicas, da arborização urbana e de quintais domiciliares para a (co)existência/conservação da biodiversidade urbana em diferentes pontos do país, bem como a presença de Unidades de Conservação Urbanas para a permanência/mobilidade/repovoamento de espécies *na/da* cidade como forma de evitar o parcelamento do solo e a destruição dos territórios coexistenciais em ecossistemas urbanos: a REBIO José Lutzenberger/Porto Alegre e a REVIS da Metrópole Amazônica - situada entre as cidades de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Izabel do Pará, na Região Metropolitana de Belém - são bons exemplos.

A presença e conservação dos mananciais hídricos nas cidades (os projetos infra-estruturais de saneamento básico, os debates sobre Comitês de Bacias Hidrográficas e a gestão das águas urbanas), quando se pensa numa antropologia das águas urbanas⁴, apresenta-se como fundamental e indicam, ao nosso ver, o entendimento das vicissitudes mais-que-humanas na (co)produção de nichos (com)partilhados e a emergência (agentiva, dinâmica) das paisagens cidadinas como fenômenos abertos e tensionais *com* outros mundos e possibilidades cosmopolíticas (Blaser, 2018), assim como de formas de habitar as cidades que revelam a heterogeneidade sociocultural e multiespécie que elas abarcam.

O fenômeno urbano como tema de entrelaçamentos de naturezas e culturas

As cidades brasileiras, diante da pluralidade constitutiva de suas experiências civilizacionais e, conseqüentemente, das complexidades bioetnodiversas inerentes aos contextos distintos que conformam as feições do mundo urbano contemporâneo, entendido aqui enquanto paisagens de “contrastes” (Bastide, 1964) que delineiam a unidade na diversidade nacional, revelam a impossibilidade de tomarmos a questão socioambiental em um contexto de crises que atravessam a Modernidade, sem

⁴ Aqui fazemos referência ao artigo de Ballastero (2019).

cotejarmos a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica com o conhecimento científico e, portanto, de uma descolonização do pensamento que inclua perspectivas, pontos de vista, cosmologias - e, por isso mesmo, que pluralize a própria noção de natureza - a fim de repensarmos suas (co)presenças nas cidades brasileiras.

Sendo assim, abordagens que problematizem o exercício e, por certo, o lugar ético e epistemológico constituído no e pelo saber técnico do profissional que busca intervir em determinada realidade socioambiental, exige a necessidade de reflexão aberta ao diálogo com alteridades sobre as possibilidades das dimensões conviviais citadinas/urbanas, enquanto espaços praticados mais-que-humanos e habitats co-criativos (no sentido da coprodução de nichos: comuns, negociados, plurais) entre diversos existentes em relação para a configuração das paisagens citadinas e, por isso mesmo, tensionais, entre naturezas e culturas no mundo urbano contemporâneo.

As interfaces do campo da Antropologia Urbana com os estudos de memória, imaginário e paisagens, assim como à ecologia urbana e às *interações humanais* na urbe, indicam caminhos profícuos para o debate antropológico que se abre ao diálogo com profissionais do campo ambiental. A questão central de estudos desta ordem, parece-nos, deve girar tanto em torno das complexidades quanto das perdurâncias e transformações das paisagens ao longo do tempo, e de como os (re)arranjos tensionais da/na urbe constituem paisagens urbanas em devir pela (re)configuração de lugares praticados e a (re)produção de espaços intersubjetivos/conviviais dos diversos existentes em relação. Neste caso, atravessados por jogos de poder/complexidades entre lembranças e esquecimentos de parte de seus habitantes: as diversas gerações que praticam agentivamente os lugares da cidade e narram suas vicissitudes cotidianas em torno de imagens que vibram nos mesmos, como paisagens processuais no *espaçotempo* e de enorme relevância simbólica.

A preocupação com as transformações da cidade permitem-nos refletir sobre a elaboração de paisagens ruiformes, como um aspecto contraditorial para a desfiguração/reconfiguração paisageira das cidades brasileiras diante das práticas cotidianas, dos processos de parcelamento e ocupação do solo, das dinâmicas do capital nas modificações de seus espaços, enfim, das formas de gentrificação de seus constructos no *corpus* urbano, considerando engajamentos diversos entre humanos e não humanos face aos anseios prometeicos de progresso ligados à modernização urbana e a reconfiguração de patrimônios/ações políticas das cidades, portanto, nas transformações da urbe em pleno Capitaloceno. A ruína, assim, emerge sob a perspectiva simmeliana da paisagem (Simmel, 1996; 2015), como um híbrido, uma cocriação de *naturezacultura* (Fuentes, 2010) no vir a ser das paisagens citadinas. Fala, por isso mesmo, das trajeções paisageiras mais-que-humanas ligadas à coprodução da urbe contemporânea, onde o caráter derruído dos existentes convive com as possibilidades de resiliência, produzindo formas citadinas diversas.

Portanto, não se trata de um fim, mas de uma dinâmica que reconhece no derruído não apenas a melancolia da história, mas a sua subversão pelo ressurgimento de algo novo, que seria uma espécie de contra-mito do progresso por intermédio das

cidadanias insurgentes (Holston, 2013) e formas de associações distintas, que fazem dos paradoxos e assimetrias a possibilidade de rearranjos criativos no viver em comum na urbe. Nestes termos, não se trata de viver nas/das ruínas do capitalismo apenas, mas de engendrar, pelo vivido, formas urbanas outras que se pode chamar de resistentes *nas e das* margens, e que são, justamente, maneiras de se dizer (des)centros - *outros centros* que deslocam a figura do hegemônico, das figurações dos colonialismos internos e de além, a partir do local -, onde o vernacular (a baixada, a beirada, a periferia) convive tensionalmente, e de maneira resiliente, com paisagens vinculadas ao exercício de poder na metrópole.

Tais paisagens se desdobram em experiências e manifestações coletivas de crises socioambientais, que ao excluïrem humanos (moradores de bairros pobres, etnicamente diversos, sexualmente dissidentes) e não humanos (fauna, flora, mananciais hídricos, entre outros), paradoxalmente, produzem a cidade cotidianamente com eles, inclusive nas suas vicissitudes socioambientais, nos dilemas da devastação urbana na metrópole. Parece-nos que da devastação física e simbólica emergem *formas sensíveis da vida social* (Sansot, 1979) que produzem brechas para o surgimento de possibilidades de reinventar a cidade fraturada desde longa data pelos colonialismos de diversas ordens na contemporaneidade.

As reflexões sobre o tema da paisagem - para nós sempre vinculado aos do imaginário e da memória, portanto - levam-nos às ponderações acerca das relações entre humanos e animais, mas também com *outros não humanos* (o imaginário arbóreo e a constituição de quintais urbanos, ambos associados as tensões entre conservação de áreas verdes/manutenção das formas de vida nos bairros/desmatamento urbano/desfiguração dos ecossistemas por processos de ocupação urbana na cidade; poluição e contaminação das águas urbanas por dejetos de todas as ordens). Voltamos, assim, às paisagens urbanas constituídas processualmente pelos seus habitantes humanos, não humanos e sobre-humanos, mediante ecologias/ecosofias (Guattari (1990; Maffesoli, 2017) possíveis que vinculam a simbólica das imagens à ecossistêmica, numa teia complexa de interações diversas de existentes vivos ou não, num devir ciborgue cidadão (Swyngedouw, 2001).

Tais entes animados e inanimados “falam” de si (autonomamente), todavia, também comunicam enquanto parcelas constitutivas das interagências nos/dos mosaicos heterogêneos de paisagens cidadinas. Eles revelam a co-criação processual de lugares de pertença/frequentação no mundo urbano ao longo do tempo, nas e pelas relações *com* os humanos para a constituição de associações mais-que-humanas que *são* (ou constituem agentivamente) a urbe contemporânea mediante *conexões ecoantropológicas urbanas* nas paisagens cidadinas. Desta forma, tais entes não apenas fazem paisagens *com* os coletivos humanos, pois ontologicamente *são* as paisagens em devir no *espaçotempo* urbano (e, portanto, não se resumem a estar nelas), constituindo, assim, as diversidades das/nas cidades brasileiras.

Se as paisagens se transformam é justo porque o humano se transformou *com* os existentes não-humanos vivos ou não, configurando rearranjos de conteúdos vários, desdobrando-se em expressões formais paisageiras novas na urbe vividas desde as

intencionalidades humanas, que os organismos urbanos (fauna e flora) precisam se adaptar. Os humanos não figuram apenas nas paisagens, uma vez que *são* as paisagens (Silveira, 2009). Tal afirmação tem implicações epistemológicas complexas para a própria ideia do fora (exterioridade) e do dentro (interioridade) de uma paisagem, seja ela qual for, em dado contexto de interações complexas, ou de como perspectivamos o que entendemos por paisagem. Uma Antropologia da Paisagem deve re-situar o humano como paisagem, onde o corpo humano, ao figurá-la, necessariamente a constitui agentiva e processualmente *com os Outros* na sua diversidade mais-que-humana e, neste caso, urbana.

Se as complexidades representacionais das/nas paisagens nos interessam muito, convém destacarmos que o seu caráter substantivo, ecológico, biocultural (por isso mesmo, patrimonial) não nos interessa menos. É justamente de seus imbricamentos simbólico-práticos vinculados às “floração de símbolos” e imagens (Rocha, 1995) - o lugar sensível do imaginário nas feições urbanas (durandiano, portanto) - e de ecologias plurais (de matriz batesoniana e ecosófica)⁵, ambos indicadores de contextos mais ou menos tensionais na própria constituição da cidade como um híbrido, que emerge enquanto ente complexo vinculado ao que chamamos aqui de *ecossistemas urbanos-mais-que-humanos*, que a nossa visada sobre o cidadão/a urbe se debruça em termos reflexivos.

Partimos do princípio de que as ambiências possíveis na cidade, co-ligadas por micro/meso-relações diversas, reverberam no macro urbano e seus dilemas socioambientais contemporâneos, portanto, relacionam-se tanto às memórias socioambientais quanto aos imaginários da natureza no contexto urbano - daí, também, a relevância da *etnografia da duração* (Eckert; Rocha, 2013). Tal perspectiva reclama, senão apenas um olhar inquieto e oblíquo ao objeto sensível “cidade” e suas teias ecosóficas (complexas, intersubjetivas, relacionais), certamente abordagens mais amplas, interdisciplinares, evocando um debate epistemológico/metodológico situado desde o campo antropológico, mas aberto ao transfronteiriço a partir da dialogia com outros campos, que preferimos denominar *Ecoantropologia Urbana*⁶ e que apenas começamos a esboçar neste trabalho. Há necessidade, portanto, de vislumbrarmos certa *ecologia dialógica dos saberes e fazeres* para o entendimento mais amplo do mundo urbano contemporâneo no século XXI como parte de um desafio para as nossas etnografias.

⁵Trata-se de aceitarmos os desafios que a leitura da obra de Gregory Bateson, e suas vinculações sensíveis entre Natureza e Espírito, têm provocado ao levarmos em conta a articulação ético-política entre três ecologias: a do meio ambiente (ou ambiental), das relações sociais (ou social) e da subjetividade humana em nossas práticas etnográficas no contexto dos ecossistemas urbanos das modernas sociedades complexas. Por outro lado, as abordagens epistemológicas de Gilbert Durand, nos seus *As estruturas antropológicas do imaginário* (1989) e *Ciência do Homem e Tradição* (2008): o novo espírito antropológico, têm sido fundamentais para que possamos refletir sobre os inúmeros limites que as catástrofes metafísicas advindas das formas de produção de conhecimento no Ocidente judeu-cristão impuseram à razão sensível como elemento que parte integrante das produções de conhecimento das ciências.

⁶Não se trata apenas de pensarmos sobre o debate já consolidado de uma Antropologia *nas e das* cidades (Eckert e Rocha, 2013), mas de considerarmos junto com Picket et all (2001) uma *Ecologia em cidades e de cidades*. Ver Silveira (2020).

Ecoantropologia Urbana e seus desdobramentos na construção dialógica com as ciências ambientais

Parece-nos que a Antropologia das Sociedades Complexas se apresenta como a área de estudos que mais tem contribuído para o tema do “olhar do outro” diante dos dilemas ambientais vividos na contemporaneidade. Tal constatação fica evidente quando nos voltamos às mais diversas áreas de atuação das ciências ambientais e os seus entrelaçamentos com questões sociais no mundo urbano, uma vez que é nela que se situa a problemática da unidade e continuidade das representações e ações simbólicas que conformam as práticas humanas no agenciamento dos chamados “recursos naturais”. De qualquer forma, tais questões colocam em jogo as noções de natureza presentes nas cidades brasileiras - que revelam a heterogeneidade cultural que pulsa no contexto citadino - as quais estão implicadas em processos contínuos de financeirização, que as tomam como suporte para a produção dos bens de consumo, ou para a eliminação dos dejetos industriais.

Neste sentido, quer se privilegie o consenso ou o conflito, ou ainda, quer se parta do indivíduo ou da sociedade e/ou cultura para a abordagem das temáticas ambientais vinculadas ao mundo urbano contemporâneo, temos que o antropólogo interessado nas complexidades socioambientais citadinas - mediante reflexões ligadas às variáveis ambientais presentes neste contexto - está sempre lidando com os dilemas da estabilidade e da descontinuidade dos sistemas sociais e suas derivações no espaço e no tempo para a manutenção das formas socioantropológicas. Tais complexidades (des)orientam as interações homem/natureza na urbe ao longo do tempo e reconfiguram espaços, de modo a mobilizá-las pela perspectiva das tensões entre natureza e cultura. Por outro lado, a emergência de expressões de naturezasculturas que constituem tanto as volições e interesses ligados as possibilidades bioetnodiversas nas paisagens citadinas são plausíveis num contexto de fronteiras simbólicas e físicas, onde as cidades revelam-se horizontes de relações mais-que-humanas.

Ora, um dilema desta ordem, embora não se apresente de forma explícita para a área das ciências ambientais, incide igualmente nos paradigmas que inspiram as estratégias de ação adotadas por inúmeras instituições, cuja função social nos dias de hoje, destina-se à recuperação/conservação/proteção da biodiversidade, dos chamados recursos naturais. Sendo assim, em termos epistemológicos, o lugar simbólico e prático do pensamento antropológico neste debate e nas possibilidades de gestão urbana revela-se central, não apenas pela possível dialogia que é capaz de promover entre campos de saberes e que nos leva a refletir sobre a disposição heurística e efetiva da interdisciplinaridade sobre a questão urbana, mas também pelo caráter de intervenção na realidade social que nosso ofício pode auxiliar a promover mediante tal exercício dialógico.

Gostaríamos, desta forma, de ir além desta mera constatação e provocar, no corpo deste debate, uma reflexão mais acurada em torno do fato de que a reivindicação dos grupos ambientalistas quanto ao respeito à natureza e a evitação da finitude planetária diante das transformações radicais que presenciamos, como é o caso do

processo acelerado de mudanças climáticas, remete diretamente à compreensão das formas e arranjos através dos quais os grupos humanos estruturam suas práticas sociais em relação aos ambientes em que vivem.

Neste sentido, “o olhar do outro” referido ao debate ambientalista, hoje, exige uma reflexão profunda em torno do tema do cruzamento dos direitos humanos, da cidadania e das bases democráticas da vida social no plano das ações governamentais e não-governamentais e, por derivação, de sua confrontação com “o olhar de si” na perspectiva ética *do olhar com e para a alteridade*. A aproximação de horizontes, suas dimensões relacionais e complexas, exige que o ético e o êmico, enfim, que as alteridades em jogo, sejam reposicionadas nesse enlace social que visa a compreensão sensível das nuances de paisagens intersubjetivas mais-que-humanas no mundo urbano contemporâneo.

Na antropologia contemporânea, o tema da unidade e da descontinuidade de sistemas sociais conduzem a algumas perguntas importantes na área ambiental, tais como: de que forma se estabelecem os pactos entre as pessoas e seu meio no âmbito dos diferentes coletivos humanos? Como as representações/noções de natureza entre diversos coletivos humanos presentes no mundo urbano se coadunam, tensionalmente, às agências dos indivíduos que praticam a cidade a seu modo? Como se efetivam, neste caso, as formas de usos dos recursos naturais? Quais os ambientes técnicos-culturais em que são socializados os indivíduos? Quais os padrões de reciprocidade entre as instituições voltadas à proteção/conservação/recuperação ambiental e os indivíduos e/ou grupos humanos no que tange ao reconhecimento da etnodiversidade enquanto um valor fundamental? Como os chamados recursos naturais sustentam as redes de relações sociais cotidianas dos agrupamentos humanos? Quais são as tensões - no sentido dos arranjos/desarranjos/rearranjos entre naturezas e culturas - entre o antropocentrismo e o biocentrismo para a perpetuação da vida urbana, quiçá, da vida planetária, que ambas dimensões operam para re-situar o humano em face à *natura*?

Abordar o tema do “olhar do outro” no que se refere às questões ambientais, no contexto das modernas sociedades complexas urbano-industriais, exige, assim, uma atenta reflexão em torno dos processos de construção da realidade dos problemas ambientais a partir da diferença, como um conjunto de valores ético-estéticos que operam com a alteridade na sua radicalidade, sensível e constitutiva, de experiências de socialidades mais-que-humanas cidadinas que, ao considerarem as vicissitudes humanas no mundo de acordo com suas pluralidades outras-que-humanas, consideram a coexistência *com* não humanos vivos ou não para a própria co-criação de mundos diversos em relação, e isto toca diretamente o mundo urbano contemporâneo diante da sua heterogeneidade cultural e socioambiental.

A radicalidade das intervenções técnicas orientadas à defesa da Natureza deve apoiar-se, na linha desta argumentação, nos diálogos com os múltiplos universos simbólicos a partir dos quais os atores sociais se movimentam nas suas relações cotidianas com as naturezas, ou mesmo, com o que entendemos por recursos naturais, portanto, incorporando o tema da cultura propriamente dita no mundo contemporâneo e a pluralidade de visões de natureza com suas práticas de paisagens. Trata-se, por certo,

de questões e problemas importantes não apenas para a matriz disciplinar da Antropologia, pois acreditamos que esse dilemas incidem sobre a dimensão técnico-operativa do trabalho dos profissionais da área ambiental, tanto quanto os fundamentos teórico-metodológicos que orientam suas práticas na tentativa de resolução de problemas socioambientais e para temas afeitos à gestão urbana, ou mesmo, de gestão do vivo quando se pensa na construção de estratégias de conservação da biodiversidade urbana.

As particularidades das ciências ambientais têm sido, tradicionalmente, aquelas ligadas à intervenção, impositiva ou negociada, dependendo do contexto em que emerge, como um conjunto de ações atravessadas por ideologias da pureza e do intocado (Diegues, 1996; Guha, 2000; Blanc, 2020), do disciplinamento e do regramento, enfim, vinculadas às condições de vida de indivíduos e/ou grupos a partir de ações que levam em conta, em especial, apenas as conjunções de uso e exploração dos recursos naturais, sem uma reflexão mais apropriada em torno do lugar ocupado pelo ambiente (ou da natureza) nos arranjos que se estabelecem entre os indivíduos e a estrutura social e, portanto, no papel que ele desempenha na formação de uma identidade individual e coletiva na contemporaneidade, sob o signo das sucessivas crises que experimentam ao longo do tempo.

Para atingir seus fins mais imediatos, a preservação e manutenção da biodiversidade urbana mediante lógicas de conservação, sabemos que alguns profissionais da área ambiental têm dialogado, de forma muitas vezes implícita, com diferentes teorias da cultura como subsídios à suas intervenções técnicas junto aos coletivos humanos que habitam áreas de relevância ambiental, demonstrando, até certo ponto, uma preocupação sociológica com a conceituação dos diferentes grupos sociais no que se refere aos usos dos recursos naturais, e que geralmente estão associados à figura da tradição, ou ainda, como estando mais próximos de certa noção de natureza culturalmente engendrada sob a ótica do técnico ambiental e que, quando referida à urbe, tensiona com os modos de vida citadinos das populações.

Entretanto, nota-se que a posição dialógica presente no jogo social técnico-comunidade, que é adotada por alguns profissionais mais sensíveis ao tema da diversidade cultural, tende a esbarrar, não raro, no momento em que atua como “agitador cultural”, na esperança de ver os grupos e/ou indivíduos com os quais trabalha operarem e atuarem, no que se refere ao seu ambiente natural, segundo uma rede de significados oriunda da natureza de pactos jurídicos formais. Esquece-se, sobretudo, no corpo de tais atuações, as complexas e múltiplas relações de níveis que encerram as articulações entre a visão de mundo tecnicista e as práticas cotidianas dos grupos humanos, onde os saberes e fazeres, necessariamente, não se coadunam ao modelo conservacionista imputado aos grupos sociais como sendo a forma esperada de lidarem com o contexto de extinção das espécies ou outros dilemas ambientais.

No contexto das sociedades complexas é preciso situar o tema “do olhar do outro” no corpo de uma reflexão em torno do processo de intervenção do profissional da área ambiental em determinado contexto sócio-ecológico. Segundo o ponto de vista adotado aqui, implica uma desconstrução da figura do si-mesmo deste profissional e dos limites

éticos de sua atuação técnica junto às comunidades com as quais trabalha. Mesmo quando a atuação dos ambientalistas/ecólogos dirige-se à construção do diálogo com os grupos humanos, em geral, sua ambição esbarra na visão progressista do mundo do outro, sob a ótica do cientificismo, em detrimento de um olhar descentrado sobre o significado de suas ações face a tais grupos, em muitos momentos contrária, distinta, diversa, desigual, o que pode implicar em formas de colonialismo interno e epistêmico.

É neste ponto, o da confrontação com a alteridade, que é possível, então, observar os desdobramentos do “olhar do outro” aqui mencionados. Sabe-se que inúmeros profissionais, ainda que bem intencionados, assumem a responsabilidade histórica e moral de resolução dos problemas ambientais, atuando seja como agentes do fortalecimento de vínculos sociais do usuário dos ditos recursos naturais com a sociedade, seja como incentivador de práticas econômicas auto-sustentáveis na construção do diálogo entre capitais ou patrimônios individuais e coletivos, e a lógica individualista e competitiva do mercado. Ou seja, ao atuarem dessa maneira, não escapam da visão capitalista que insere os coletivos humanos que habitam áreas de alta biodiversidade na perspectiva de um Capitaloceno (Moore, 2016) que poderíamos chamar de *soft*, por assim dizer, preocupado com a biodiversidade, mas que atua de maneira a tutelar os diferentes grupos sociais com os quais se envolvem no intuito de conservar a biodiversidade e seus serviços ambientais de maneira a “esverdear” a lógica capitalista e, por isso mesmo, nem sempre atentos às injustiças socioambientais a que estão sujeitos tais coletivos humanos.

Na perspectiva da heterogeneidade cultural que constitui as sociedades complexas, não seria fundamental, neste caso, compreendermos melhor a divisão social do trabalho nas modernas sociedades urbano-industriais da qual origina-se a diferença do olhar dos técnicos sobre os recursos naturais, daquele compartilhado pelas populações atingidas por projetos na área ambiental? Num mundo que atinge graus desconcertantes de transformações sociais, de ações políticas e práticas econômicas, torna-se, cada vez mais, impossível dispensar algumas preocupações metodológicas específicas dos profissionais que atuam na área ambiental, em particular, no que se refere ao contexto da construção da bioetnodiversidade no âmbito das modernas sociedades complexas.

Percorrendo as trilhas da bioetnodiversidade e seus desafios

Para prosseguir nossos comentários acerca do “olhar do outro”, gostaríamos de nos deter, mais detalhadamente, no que consideramos um problema a ser investigado seriamente por quem atua na área ambiental ligada ao mundo urbano ou, ainda, ao fato de inúmeras práticas sociais voltadas à defesa da natureza e à proteção da biodiversidade suprimirem as singularidades de processos de interação das sociedades humanas com seus territórios de vida em proveito do conceito de ambiente, isto é, sem levar em conta os movimentos de interpretação e estranhamento que deveriam nortear a delimitação do referido conceito como condição daquele que estuda e pesquisa em

seu próprio meio social e com sua própria espécie.

Realizar cortes teórico-metodológicos de análise da “questão ambiental”, levando-se em conta a unidade/continuidade de sistemas sociais dentro de um vasto e complexo universo frequentemente denominado de capitalismo tardio, sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna - que seriam expressões do Capitaloceno - entre outros, é, certamente, um movimento diferente de analisar unidades mais óbvias como grupos humanos isolados no tempo e no espaço, como é o caso aqui mencionado dos profissionais da área ambiental e as populações atingidas por determinados projetos de requalificação ambiental de diferentes ordens. Neste ponto, o estudo das sociedades complexas trouxe acréscimos epistemológicos para a matriz disciplinar da Antropologia tendo em vista sua tradição de pesquisa e de estudos, criada a partir de uma experiência com sociedades simples, de pequena escala e culturas relativamente homogêneas, inserida que estava num mundo colonial.

O rompimento com alguns de seus paradigmas mais clássicos, como o evolucionista, certamente contribuiu para os estudos antropológicos ampliarem seus recursos metodológicos na análise das sociedades e/ou culturas humanas. A conceituação de sociedades complexas no corpo das reflexões antropológicas ajudou, portanto, aos profissionais desta área a pensarem sua atuação no contexto de uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e as complexidades na distribuição de riquezas conduzem não só à criação de categorias sociais distinguíveis segundo sua continuidade histórica, mas delineiam a área de atuação do “saber-fazer antropológico” no plano de processos de negociação de realidades que, para o mundo urbano, são fundamentais.

No sentido de re-situar a esfera de atuação do profissional da área ambiental face aos dilemas de universalismos/localismos presentes ao mundo contemporâneo, a aplicabilidade da conceituação de “sociedades complexas” pode representar, no momento atual dos movimentos ecológicos e ambientalistas face à crise do aquecimento global, um redirecionamento do tema do “olhar do outro” para o do “olhar de si”. A adoção do conceito de sociedades complexas por parte dos estudos ambientais resultaria no acréscimo de uma perspectiva mais humanista à luta pela defesa e proteção da natureza, uma vez que tais estudos estariam incorporando, além dos traços de uma matriz sociológica nas práticas ambientalistas, uma preocupação eminentemente antropológica com a heterogeneidade cultural, e onde o conceito de ambiente pode ser melhor compreendido, em sua complexidade, pela ótica da coexistência, conflituosa ou não, de uma pluralidade de tradições e costumes, cujas bases técnico-culturais de vinculações e usos quanto aos recursos naturais podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, lúdicas, entre outras.

Diferentemente das ciências ambientais, a matriz disciplinar da Antropologia, pesquisando e investigando seu próprio mundo social, tem sofrido mutações profundas na ordem de suas tradições e paradigmas, com o antropólogo dando-se conta da necessidade cada vez mais forte de observar, em seu trabalho de campo e na produção etnográfica, o peso relativo dado à posição social de indivíduos e/ou grupos em relação aos meios de produção e reprodução social (onde estão inseridos os próprios recursos naturais), em particular, no que tange a outras experiências de identidade,

pertencimentos e territorialidades sociais com base em diferenças étnicas, regionais, geracionais, religiosas e ideológicas.

Sendo assim, a eficácia da dimensão técnico-operativa do profissional que atua na área ambiental ao circunscrever-se, efetivamente, à esfera de mediação entre determinados grupos, as instituições e a sociedade, depende do reconhecimento, por parte deste, de que as transações e os arranjos ambientais vividos pelos diferentes grupos humanos (e que são o objeto de suas intervenções) resultam de uma gramática que pode ser discrepante dentro de um mesmo contexto histórico-cultural e perfeitamente lógica em outra, portanto exige atenção ao meio no qual faz sentido e que é operacionalizado por determinado coletivo humano.

Isto porque o surgimento dos profissionais da área ambiental está ligado a diversos fatores, que implicam não só um aperfeiçoamento da técnica e da ciência, mas também a uma acentuada divisão social do trabalho vinculada ao aumento da produção e do consumo, enfim, à articulação de um mercado mundial que se desdobra no nascimento da própria sociedade urbano-industrial. O mundo contemporâneo pós-colonial, onde situam-se as intervenções das agências ligadas à conservação e aos movimentos ecológicos/ambientalistas, governamentais e não-governamentais, é, portanto, expressão aguda de um modo de vida singular, onde os universalismos ditados pelos cânones da ciência e os particularismos oriundos de tradições locais se entrelaçam inextricavelmente.

Portanto, ao divagarmos aqui sobre o “olhar do outro”, não podemos ignorar que o *locus*, por excelência, das realizações dos profissionais da área ambiental converge com os traços mais característicos da sociedade contemporânea, incidindo tais traços igualmente na configuração técnico-científica dos movimentos ambientalistas e ecológicos, onde as suas atuações nascem e adquirem expressão. Nestes termos, para interpretar-se o “olhar do outro” e construir seu espaço dialógico no conjunto das preocupações com a “questão ambiental”, voltando-se para o olhar com o outro e para o outro, os técnicos e profissionais da área deveriam contemplar, com mais acuidade, os estudos antropológicos em torno do desempenho de papéis, redes sociais e trajetórias sociais no desvendamento do conceito de “ambiente”, tanto quanto precisam compreender os conjuntos de símbolos que serão utilizados pelas pessoas nas suas interações com a natureza urbana e nas opções de usos cotidianos dos recursos naturais, onde as instituições e a sociedade cumprem funções específicas.

Neste sentido, a estratégia de método e as técnicas basilares empregadas ordinariamente por profissionais da área ambiental situariam suas intervenções não só sob “olhar do outro”, no contexto da heterogeneidade cultural que encerra o tipo de sociedade em que vivemos, mas refletiriam, no “olhar de si” (e para si), a variedade de experiências e costumes que ela contempla, contribuindo para o abandono de teorias reducionistas da “questão ambiental urbana”, tendo em vista a extrema fragmentação e diferenciação de papéis e domínios sociais existentes na delimitação das práticas humanas, em especial, no que tange às coexistências com naturezas e, por isso mesmo, com a heterogeneidade sociocultural e a manutenção do biodiverso urbano.

Desta forma, sob o paradigma das complexidades de formas humanas de

(co)existência entre si e com o diverso de si, cada vez mais o que aparece como “questão ambiental” não pode mais se reduzir apenas aos paradigmas macro-sociológicos de intervenção - onde os temas da “poluição e contaminação dos mananciais hídricos”, da “degradação dos ecossistemas”, das “ações antrópicas” ou da “agressão ao meio”, da “extinção de espécies” no contexto urbano, e que acabam sendo vistos como meros reflexos das iniquidades da sociedade capitalista ou das práticas humanas. Sob este ângulo, por um lado, os especialistas e técnicos que atuam na gestão ambiental no mundo urbano contemporâneo são provocados a superar em suas análises e estudos uma perspectiva messiânico-salvacionista no enfrentamento dos problemas ambientais que delas derivam. Por outro, o paradigma da complexidade nos convida a abandonar uma visão catastrofista que concebe a “crise ambiental” como fenômeno que expressa a destruição das ilusões do progresso.

Para nós, pesquisadores das áreas das ciências humanas e sociais, portanto, não se trata tão somente de apontar para as responsabilidades dos simples habitantes das grandes metrópoles contemporâneas e/ou de gestores na construção dos cenários críticos de desequilíbrio ambiental de seus ecossistemas, cabe-nos, igualmente, ponderar sobre o papel que todos nós (intelectuais, pesquisadores e especialistas), com as nossas respectivas produções técnico-científicas, desempenhamos na produção de propostas de políticas públicas visando a sustentabilidade ambiental para os territórios de vida destes mesmos habitantes. O que nos lembra o alerta de Roberto Cardoso de Oliveira (1985:192), quando refere-se ao fato de que “não seria a boa etnografia função dessa mesma capacidade de espantar-se, menos talvez com o outro, mas certamente mais consigo mesmo, com esse ‘estranho’ modo de conhecer que para nós se configura ser a antropologia?” Neste sentido, como “podemos nos espantar com nossa própria disciplina?”

Assim é que vale a pergunta: quando, e como, podemos fixar os limites da diferença das nossas experiências como membros de camadas médias intelectualizadas e letradas e das experiências e tradições de determinados grupos com os quais pesquisamos no mundo urbano? Onde se configuram a unidade e a descontinuidade de sistemas sociais e culturais com os quais trabalhamos, e quais as condições de um diálogo que estabelecemos com eles, no que tange às nossas práticas profissionais com relação às práticas cotidianas de outros grupos e/ou indivíduos quanto ao seu meio natural? Ou seja, a existência de tradições diferentes nas modernas sociedades complexas urbano-industriais coloca o problema agudo da mediação cultural que preside a comunicação entre os diferentes grupos e/ou indivíduos e seus ambientes técnico-culturais na contemporaneidade, e onde, inclusive, situam-se as trocas realizadas entre os profissionais da área ambiental e as populações com as quais trabalham e atuam em dado contexto.

É importante, para a eficácia da dimensão técnico-operativa na área ambiental, que se (re)pense a atuação do profissional em questão como parte constitutiva das práticas sociais *no* e *do* mundo contemporâneo, percebendo e definindo seus domínios, para não cair na armadilha de impor suas classificações técnico-profissionais às populações com as quais trabalha cotidianamente, e cujos critérios distanciam-se

frequentemente dos empregados por tais populações. É possível dizer que a existência de paradigmas culturais diversos nas sociedades complexas invadem igualmente as práticas e saberes cotidianos de todos nós, tanto quanto delimitam as práticas e saberes científicos, apontando permanentemente para as contradições entre as particularizações de experiências em relação à natureza restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos.

O que vem sendo dito aqui, certamente, aponta para um problema crucial no âmbito das ações dos profissionais da área ambiental quando estes se propõem, a partir das teorias da ação social, a construir a chamada consciência ambiental como forma mais crítica do indivíduo e/ou grupos conduzirem suas práticas cotidianas no sentido da utilização sustentável dos recursos naturais escassos, uma vez que tais recursos acham-se mergulhados numa rede diferenciada de realidades sociais. Da mesma forma, o problema ético-moral da atuação do profissional da área ambiental ressurgue quando ele se propõe a fomentar recursos e estratégias meramente técnicas para que as populações com as quais trabalha possam alcançar os objetivos de práticas econômicas sustentáveis na tentativa de, a curto prazo, superar as distorções de suas práticas produtivas predatórias em relação aos usos dos recursos naturais ou, a longo prazo, de eliminá-las como parte integrante das reais fontes da degradação ambiental em âmbito urbano, talvez, planetário.

Em termos antropológicos poder-se-ia afirmar que há uma tendência desse tipo de profissional propor uma postura de aliança com tais populações sob uma base frágil, esquecendo-se (pela proximidade ou estranhamento com a tradição do ambiente técnico-cultural de seu “objeto” de estudo) ou desconsiderando que os indivíduos e/ou grupos com os quais lida participam de maneira distinta de códigos mais restritos e/ou universalizantes no que se refere à “questão ambiental” por ele proposta. Por vezes, com uma preocupação excessiva acerca do “olhar do outro”, esquece-se o seu complementar, o “olhar de si”, encobrendo-se, por exemplo, o fato de que nas intervenções almejadas para as “questões ambientais urbanas” propostas, que elas não são da mesma ordem que aquelas vividas ordinariamente por todos nós, especialistas ou não. Perde-se de perspectiva, assim, uma reflexão criteriosa acerca do lugar dos saberes técnico-científicos no jogo das relações entre as classes sociais e seus universos simbólicos de origem quando se pensa o mundo urbano contemporâneo.

No contexto das intervenções voltadas ao tema da preservação/conservação/proteção ambiental, as próprias noções de classe social podem ser consideradas excessivamente vagas para se operar o conhecimento das formas através das quais os grupos humanos tecem suas relações com o território em que vivem, como podem vir a ser redutoras de práticas sociais, restringindo os paradigmas e tradições culturais meramente ao padrão capitalista monopolista fundado num regime de acumulação. Neste sentido, ambas as formas de conduta profissional podem escamotear diferenças internas consideráveis entre os padrões de conduta, estilos de vida e visões de mundo dos profissionais da área e aquelas do indivíduo e/ou grupos com os quais exercem suas atividades. Ignorar as implicações do sujeito social que é o técnico da área ambiental, na forma como se compreende as interações das populações com as

quais atua no contexto socioambiental em que estão inseridos e seus manejos/ usos do biodiverso, pode, finalmente, resultar no encobrimento das diferenças entre ambos (em relação ao “olhar do outro”) ou da natureza da rede de relações sociais nas quais estão inscritos (a reflexão quanto ao “olhar de si”).

Ainda que se leve em conta, nos dias atuais, uma abordagem macro-analítica da “questão ambiental”, nos termos de uma análise antropológica *strictu sensu*, o que se coloca cada vez mais, para o caso da construção de planos de intervenções no mundo urbano contemporâneo, é a relevância de se precisar, no interior dos diferentes segmentos sociais das modernas sociedades complexas, os campos mais ou menos universalizantes valorizados pelas discursividades dos movimentos ambientalistas e ecológicos e promovidos pelas agências de fomento ligadas à conservação da biodiversidade e/ou da natureza para os diferentes grupos e/ou indivíduos, suas escalas de valores particulares, suas vivências e narrativas, enfim, suas preocupações cruciais com o tema da escassez dos recursos naturais.

Do ponto de vista do paradigma das correlações de forças, das mediações de poder e de opressão, exploração, subordinação, discriminação e vitimização correntes na vida moderna, a perspectiva da construção, por exemplo, de uma cidadania ambiental referida ao fortalecimento do aspecto jurídico-legal que encerra a defesa aos direitos do cidadão extensiva à defesa da natureza, coloca em pauta a questão de se saber até que ponto é possível aplicar um tratamento de pessoa jurídica aos recursos naturais, por extensão, aos direitos individuais propostos nas intervenções do profissional da área ambiental, e até que ponto esta argumentação pode ser reconhecida como legítima e “natural” por diferentes indivíduos e/ou grupos quando se pensa na justiça ambiental.

O “olhar do outro” no diálogo com o “olhar de si” implica, pois, aqui no caso mencionado, tratar o tema da defesa dos ambientes/recursos naturais escassos sob a perspectiva central da diversidade etnocultural em relação ao biodiverso, a fim de aprofundar os estudos sobre as formas de arranjos da vida social que tem por base culturas fundadas num humanismo igualitário e democrático. Neste sentido, é sempre bom lembrar importantes contribuições da Antropologia comparada, onde a pesquisa e investigação na área de propostas de intervenção ambiental podem vir a aproximar conjunturas históricas específicas do nível etnográfico propriamente dito, apontando com precisão, importantes diferenças na forma como os ambientes técnico-culturais solucionaram o tema da escassez ao longo da história das sociedades humanas.

Nestes trâmites comparativos, do “olhar do outro” face ao “olhar de si”, nota-se que as práticas ambientalistas, especialmente no sentido técnico-científico e das formas tecnológicas/infra-estruturais que encerram, são merecedoras de um estudo mais detalhado, especialmente no que tange ao fato desta ser uma vertente de pensamento oriunda do ambiente cognitivo das nossas modernas sociedades industriais individualistas, e onde mesmo as dimensões e instâncias de processo de individualização propostas por tais práticas não ocorrem fora de normas e padrões culturais, socialmente negociados em dado contexto. Sendo assim, por mais que se almeje a liberdade e consciência crítica individual como forma de se enfrentar os problemas da extinção das

espécies, das diversas formas de poluição e da escassez dos recursos naturais, como é o caso apontado para os recursos hídricos, quando compõem os quadros de uma ampla política que estimule aprendizagens socioambientais voltadas à proteção aos mananciais tanto quanto aos biomas ainda existentes no país (e, por certo, no planeta), torna-se necessário ponderar acerca dos pontos de vista em jogo, especialmente quando se trata de agir reflexivamente diante das injustiças socioambientais urbanas no Brasil contemporâneo.

Apresentando o dossiê Cidades e naturezas: perspectivas sobre o mundo urbano contemporâneo

Nós, pesquisadores das ciências humanas, sabemos como ideários políticos, sistemas filosóficos, crenças religiosas ou práticas discursivas, como aquelas dos movimentos ambientalistas e ecológicos, diferenciam-se em função do valor que dão à experiência individual no conjunto de ações voltadas à defesa da biodiversidade, podendo sacralizá-la, muitas vezes, como única, insubstituível e verdadeira, ou encará-la como fugaz, insignificante e irrelevante noutras. Em Antropologia, a diversidade e fragmentação de papéis sociais, tradições e universos simbólicos em contraste com as sociedades de pequena escala, introduziram uma variável fundamental para a compreensão de projetos sociais que buscam fortalecer o sujeito em relação às leis da natureza, na denúncia da frágil condição biológica da espécie humana. No entanto, o relativismo cultural tem permitido, potencialmente, contextualizar a “cultura do medo” que cerca tais discursividades sobre o quadro temeroso em que hoje se inserem as inter-relações entre as sociedades humanas e seus territórios de existência, apontado modalidades e graduações nas formas como o problema da escassez dos recursos naturais geraram, ao longo do trajeto antropológico do *Homo sapiens sapiens*, revoluções tecnológicas com vistas à sobrevivência da espécie e que podem ser elucidadas em função de experiências sócio-históricas particulares das diferentes tradições culturais que fundam o patrimônio da humanidade.

Em uma sociedade complexa moderna, os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. Atualmente, a construção de identidades de indivíduos e/ou grupos e a consecução de laços de pertencimento e territorialidade orientados por um espírito de “ecologização do mundo” - certamente, em tensão com o negacionismo climático, a expropriação ligada à mineração e suas consequências ambientais, o desmatamento das florestas úmidas, a extinção em massa das espécies vivas, as péssimas qualidades de vida em muitas metrópoles situadas no Hemisfério Sul - tem inspirado a elaboração de projetos sociais no âmbito da “questão ambiental”, sem que seja contemplado, infelizmente, o contexto das modernas sociedades complexas em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e, na maioria das vezes, entram em conflito.

Sem dúvida, talvez caiba ao antropólogo atuando em projetos voltados a “questão

ambiental” alertar para o “artificialismo” de certas separações e limites entre proteção à biodiversidade e o respeito à etnodiversidade nas formas em que os movimentos ambientalistas e ecológicos propõem respostas para o tema da proteção aos recursos naturais escassos e, em certos casos, sua mal disfarçada perspectiva de colonialismo verde (Blanc, 2020). Não se trata de negar tais discursividades, ou mesmo, de invalidá-las ideologicamente, mas de chamar a atenção dos profissionais que atuam na área para a natureza da interpretação na tentativa de elucidar as dimensões de poder e de dominação que estão aí encobertas. Enfim, envolvem as formas diversas pelas quais as alteridades em jogo perspectivam seus mundos, bem como suas relações com as naturezas também em jogo, exigindo do profissional que ele re-situe o seu próprio olhar em relação ao mundo compartilhado com o diverso de si.

Assim, a abordagem que se volta aos não humanos vivos ou não nas cidades, pressupõe que as perspectivas de coletivos humanos sobre eles merecem a atenção que se refere ao fato de que os pontos de vista e as agências que implicam estão situadas no mundo, nas paisagens que são seus territórios existenciais, e que a pluralidade de tradições, com suas virtudes, impurezas e dilemas concorrem a percepção por parte do profissional de que tais hibridações merecem metodologias que considerem o conflito como constitutivo da vida social (Simmel, 1983), o caráter tensional e dinâmico da vida vivida em contextos de sociedade complexas urbano-industriais.

O deslocamento do tema do “olhar do outro” para o do “olhar de si” que pretendemos neste ensaio, nada mais é do que a tentativa de problematizarmos, no campo das inter-relações entre ciência e ambiente, a distância social e psicológica que encerra a atuação técnica de profissionais da área ambiental face ao seu objeto de estudo na atualidade e, ao mesmo tempo, refletir em torno dos critérios de objetividade com o qual estes conduzem suas atuações no mundo social contemporâneo, percebendo os limites de suas práticas nos termos de uma objetividade relativa, mais ou menos ideológica, mas sempre interpretativa, principalmente quando nos voltamos às problemáticas socioambientais presentes no mundo urbano brasileiro.

Afinal, se levarmos em conta que a produção científica é parte integrante de um conjunto de obras das culturas humanas, devemos aceitar que os estudos e pesquisas sobre os problemas ambientais de nossas metrópoles contemporâneas, tanto quanto as paisagens da crise a elas associadas são um convite para lidarmos com o frágil equilíbrio sócio-histórico e ambiental do qual resultam as nossas sociedades diante da descoberta espantosa do seu devir efêmero. Por outro lado, através deles participamos do *equilíbrio vital* de um corpo social no esforço humano para organizar um sentido para o seu destino mortal, tal qual transcorreu com outras tantas civilizações, sendo que de algumas sabemos algo, e de outras tantas sequer imaginamos sua existência.

Nesta edição do Caderno Eletrônico das Ciências Sociais sobre o tema “Cidades e naturezas: perspectivas sobre o mundo urbano contemporâneo”, temos, portanto, um conjunto de artigos que apresentam um cenário rico e diverso acerca das complexidades socioambientais no mundo urbano brasileiro, de maneira a revelarem a heterogeneidade cultural diante das dimensões ecológicas presentes nas distintas realidades sociais. Realidades onde humanos e não humanos compõem paisagens cidadinas em condições

coexistenciais de crise e transformações urbanas, onde emerge a pluralidade das questões socioantropológicas que consideram, desde uma perspectiva interdisciplinar, os dilemas enfrentados por diferentes coletivos humanos diante das reflexões e dos usos implicados nas suas interações mais-que-humanas em ambientes coabitados, e que indicam as possibilidades pelas quais a sociedade brasileira, nas suas distintas experiências, se vinculam às naturezas que pulsam nos contextos culturais urbanos na contemporaneidade.

Finalizamos a organização do dossiê quando, infelizmente, o Rio Grande do Sul vivia momentos críticos em sua experiência coletiva (que evoca a imagem do povo gaúcho, das formas de situar-se na porção austral do país enquanto fronteira, ou como pertença a uma eco-região e suas peculiaridades subtropicais), diante da catástrofe provocada pelos eventos climáticos extremos no Capitaloceno. Nas redes sociais e nos telejornais, nas últimas semanas que antecederam a publicação do dossiê, assistimos perplexos as condições de vulnerabilidade sob as quais as cidades gaúchas foram criadas e se expandiram, numa ocupação desordenada das áreas de mata ciliar, dos morros, das florestas e suas margens de rios e arroios.

Os complexos desdobramentos acerca da sucessão de situações climatológicas extremas e os (des)arranjos institucionais que ocorreram e deflagraram o percurso das águas pelas cidades gaúchas merecem atenção, pois nos fornecem pistas importantes sobre os motivos que conduziram as populações urbanas e rurais do sul do Brasil a este grau de tragédia. Mas não vamos nos iludir, não apenas as cidades gaúchas foram construídas mediante um lento processo de comercialização indiscriminado dos seus respectivos ecossistemas.

Para nós que trabalhamos com etnografia da duração, é evidente que a cidade tem memória, uma vez que resulta do percurso humano no tempo no interior de um espaço. E assim como ela, as políticas públicas também têm memória, principalmente aquelas orientadas para o ato de planejar a cidade. Sem dúvida, as cidades, como as civilizações, nascem, crescem e morrem e, dentro deste percurso, vão sendo negociadas, arranjadas, modificadas a ponto de não mais serem identificadas com aqueles que as conceberam, nem mesmo com o tempo em que, outrora, foram gestadas. No caso da área central de Porto Alegre, tomada pelas águas da orla Sul a orla norte, o Guaíba, como um receptáculo de diversos mananciais hídricos de inúmeras bacias, turbilhona e evoca imagens. Como numa espécie de mito moderno do eterno retorno, as memórias de 1941 assombram a cidade mobilizando memórias de enchentes e inundações de outros tempos, ainda que neste momento de maneira mais radical, porque sujeita às mudanças climáticas em curso e suas figurações diluvianas e arruinadoras, que estarreceram e sensibilizaram pessoas em diferentes pontos do país.

E foi assim, que, sem termos sequer imaginado um tal cenário crítico, esta publicação acabou por reunir, um conjunto de artigos resultantes de pesquisas etnográficas que tiveram como foco muitas cidades gaúchas, cujas paisagens foram destruídas pela força das águas na retomada de seus antigos territórios. Este é o caso de Porto Alegre, de Novo Hamburgo, de São Leopoldo ou de Pelotas. Um dossiê que apresenta vários artigos sobre o contexto gaúcho, portanto, oferece um panorama rico

e diverso acerca das cidades sul-riograndenses - algumas delas severamente atingidas pelas águas - e, neste sentido, permite pensarmos as urbanidades brasileiras quando as temporalidades das/nas cidade se agitam, reconfigurando paisagens coexistenciais, e exigindo outras formas de interação com as dinâmicas aquáticas, com o universo das águas e suas imagens profundas na atualidade.

O artigo que abre o dossiê intitula-se “Entre a rua e o pasto, entre o pavão e a vaca: relações humano-animais no nascimento do Urbanismo e do Paisagismo brasileiros”, de Ana Paula Perrota e Diana Helene, que partem da premissa de que a Arquitetura, o Urbanismo e o Paisagismo se estabelecem como uma forma privilegiada de normatização das relações entre o ser humano e a natureza nas cidades. O artigo propõe analisar as transformações empreendidas no processo brasileiro de urbanização (ou desruralização) do final do século XIX ao início do século XX, com foco na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Trata-se, assim, de compreender como a presença na cidade da natureza no geral e dos animais em particular foram classificados de diferentes maneiras: ora permitidos, ora proibidos, a partir da dicotomia rural e urbano e conforme os diferentes contextos socioambientais naquele contexto.

O artigo denominado “Etnografia das memórias do trabalho e dos conflitos socioambientais na região do Vale do Rio dos Sinos: itinerários, paisagens e territorialidades”, de Margarete Nunes e Natalia Lauana Escobar da Rosa volta-se ao impacto ambiental provocado pela industrialização na região do Vale do Rio dos Sinos. Em especial, reflete sobre os itinerários de instalação da indústria coureiro-calçadista e os seus gestos de trabalho para as metamorfoses nas paisagens urbanas do Vale e suas respectivas territorialidades cidadinas.

Suzana Vielitz de Oliveira em artigo denominado “Pavimentando a memória de uma rua: 200 anos de esquecimento e pertença”, apresenta um estudo etnográfico que envolve a perspectiva da autoetnografia, neste caso, ligado a uma rua considerada Corredor Cultural que foi o lugar de assentamento dos primeiros imigrantes ditos alemães, que chegaram em *Hamburgerbeg* no ano de 1824, o qual corresponde ao bairro antigo ou centro histórico considerado o núcleo formador da cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, Brasil.

Em seguida, o estudo de Elisa Casagrande, “Memória ambiental e população negra em Porto Alegre: o aterro do bairro Praia de Belas”, aborda a memória relacionada aos aterros na cidade de Porto Alegre, com destaque para o bairro Praia de Belas. A cidade, situada às margens do rio Guaíba, optou por realizar aterros ao longo de seu desenvolvimento urbano, visando soluções para inundações e saneamento. O bairro Praia de Belas é um dos locais onde esses aterros foram realizados de forma expressiva entre 1950 e 1970, transformando a paisagem urbana e a dinâmica dos moradores locais, onde os movimentos das populações negras no contexto urbano é uma realidade.

O artigo de Ana Patrícia Barbosa, A ocupação do morro Santa Tereza, a formação da Grande Cruzeiro, Porto Alegre/RS, se propõe a refletir sobre a cidade de Porto Alegre, a partir dos rastros que presentes em seus territórios desde sua fundação, tendo como eixo central analítico a região da Grande Cruzeiro, considerando-a emblemática para

apresentar as formas do viver urbano da população das camadas mais pobres, em especial, no que se refere aos novos arranjos territoriais das grandes metrópoles brasileiras, dado o contexto de transformações socioespaciais, reconfiguradores de espaços e grupos sociais.

“Palimpsestos como forma de reconstituição das paisagens urbanas”, de Felipe da Silva Rodrigues, é um estudo que apresenta uma forma de reconstituir as paisagens urbanas de Porto Alegre/RS, Brasil, a partir da refiguração de palimpsestos fotográficos. Os palimpsestos, o ato de se apagar uma escrita para sobrepor uma nova reescrita na mesma superfície, já se encontram figurados na cidade em decorrência dos sucessivos processos de transformação urbana, que sempre deixam vestígios e rastros do que não se transformou. Deste modo, a partir da superposição de fotografias, do passado e do presente, surge uma terceira imagem. Um palimpsesto fotográfico, que se configura como uma forma de paisagem urbana, explicita as metamorfoses ocorridas nos espaços da cidade ao longo do tempo. Desta maneira, a reconstituição da paisagem urbana, a partir da refiguração dos palimpsestos fotográficos, ao trazer as reminiscências do passado, que seguem no presente, tensionam os processos de transformações urbanas que projetam a cidade para o futuro.

Em seguida, Victória Costa em “Paisagens de águas e as memórias dos rios: experiências de/nas beiras em Belém”, discute a metrópole amazônica enquanto uma cidade localizada na Amazônia Oriental. Belém tem suas paisagens entremeadas pelas águas. Neste artigo, a autora envereda pelas discussões sobre experiências e imaginários tecidos nas beiras, seja em portos, rios ou canais da metrópole fundada a partir dessas áreas. A complexidade das paisagens híbridas evoca imbricamentos cotidianos entre as águas, os ecossistemas que se desenvolvem ao seu redor e as interações de moradores e passantes. Deste modo, por meio de imagens etnográficas e narradas, emergem os contrastes entre alguns dos bairros da capital paraense no trato com as águas, com o objetivo de evocar os debates em curso nestas diferentes dinâmicas urbanas.

Jerônimo Silva e Silva e Roberta Cruz Correia participam com o artigo “A cidade aberta ao Céu Xamânico: percurso de pesquisas e práticas ritualísticas no Instituto Xamânico Céu da Ayahuasca em Marabá, Pará”, onde refletem sobre a relação das pessoas com os rios afluentes da cidade - Tocantins, Itacaiunas e Araguaia -, os períodos de inverno/verão e sua importância para a manutenção de práticas culturais e xamânicas. Pesquisa realizada no Instituto Xamânico Céu da Ayahuasca, localizado às margens do rio Tocantins e inserido no Projeto de Assentamento Comunidade Boa Esperança revela as sutilezas e dimensões místicas, entre naturezas e culturas na Amazônia.

“O Morro da Borússia: Paisagens do Litoral Norte Gaúcho” é estudo que Olavo Marques apresenta neste dossiê e refere-se à área de preservação ambiental do Morro da Borússia, no município de Osório, entendido como *locus* de identidades e conflitos socioambientais no contexto litorâneo gaúcho. A categoria paisagem mostra-se fundamental ao autor, pois permite abordar processos de transformações de paisagens no espaço e no tempo, a partir das confluências e tensões entre naturezas e culturas implicadas em experiências de vizinhança e de convívio naquele ambiente, que se

tensiona às questões de interesses exógenos em suas paisagens de Mata Atlântica.

Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima e Vagner Barreto Rodrigues em “Os bichos do campo na cidade: formas de habitar as margens de Pelotas, extremo sul do Brasil” refletem etnograficamente sobre a presença dos animais na cidade, a partir do trabalho de campo nas margens de Pelotas, extremo sul do Rio Grande do Sul. A proposta dos autores busca fazer aparecer as coisas, para “descobrir caminhos” e “educar a atenção”, com foco nas linhas emaranhadas produzidas por humanos, bichos e outras vidas, conforme a diversidade vivida por seus habitantes em múltiplos territórios e temporalidades.

Finalmente, o interessante fotoensaio de Miriam Adelman, “Meandros equino-humanos: interações (in)esperadas em paisagens urbanas”, foca as interações entre equinos e humanos em dois municípios da Região Metropolitana de Curitiba. É fruto de sua longa trajetória de convivência e pesquisa naquele contexto urbano, buscando perceber as complexidades da presença de cavalos em cidades paranaenses.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. 2009. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond.
- APADURAI, A. 1995. The production of locality. In Richard Fardon (ed.), Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge. Routledge. pp. 204-225.
- BALLESTERO, A. 2019. The Anthropology of Water. Annu. Rev. Anthropol. n.48, p. 405-21.
- BASTIDE, Roger. 1964. Brasil terra de contrastes. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- BLANC, G. 2020. L'invention du colonialisme vert: Pour en finir avec le mythe de l'Éden africain. Paris: Flammarion.
- BLASER, M. 2018. Uma outra cosmopolítica é possível?. Revista De Antropologia Da UFSCar, 10(2), 14-42.
- BATESON, G. 1987. Natureza e Espírito: Uma Unidade Necessária Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____. 2000. Steps to an ecology of mind. Chicago: University of Chicago Press.
- BERQUE, A. 2000. Médiante de milieux en paysage. Paris: Éditions Belin.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1985. Tempo e tradição: interpretando a antropologia. Anuário Antropológico, 1(9).

- CERTEAU, M. de. 1997. *A Invenção do Cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes.
- CORBIN, A. 2001. *L'homme dans le paysage*. Paris: Textuel.
- DESCOLA, P. 2010. *Diversité des natures, diversité des cultures*. Bayard Éditions.
- _____. 2011. *L'écologie des autres. L'anthropologie et La question de La nature*. Versailles: Éditions Quae.
- DIEGUES, A. C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB.
- DURAND, G. 1997. *As estruturas antropológicas do imaginário. Introdução à arquetipologia geral*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2008. *Ciência do Homem e Tradição: o novo espírito antropológico*. Lisboa, Triom.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. 2013. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual.
- FUENTES, A. 2010. "Naturalcultural encounters in Bali: monkeys, temples, tourists, and ethnoprimateology". *Cultural Anthropology*, v.4. n.25, p. 600-624.
- GUATTARI, F. 1990. *As três ecologias*. Campinas, Papyrus.
- GUHA, R. 2000. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: AnnaBlume/NUPAUB-USP/HUCITEC.
- HANNERZ, U. 1997. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39.
- HOLSTON, J. 2013. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- INGOLD, T. 2000. *The Perception of the environment. Essays livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.
- LATOUR, B. 1994. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- LITTLE, P. E. 2002/2003. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico*. Brasília, UnB., p. 251-290.
- MAFFESOLI, M. 2017. *Écosophie. Une écologie pour notre temp*. Paris: Les Éditions du Cerf.
- MALONE, N. ; OVENDEN, K. 2017. Natureculture. In: FUENTES, A. (Ed.) *The International Encyclopedia of Primatology*. John Wiley & Sons, Inc.

- MATURANA, H. 1978. "Estratégias Cognitivas". In: MORIN, E. & PIATELLI-PALMARINI, M. (eds.). A Unidade do Homem: invariantes biológicos e universais culturais, São Paulo: Cultrix/EdUSP, pp 148-172.
- MAUSS, M. 1974. Sociologia e antropologia. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP.
- MORAES FILHO, E. (ed.). 1983. Simmel. São Paulo: Ática.
- MOORE, J. W. (ed.). 2016. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: Kairos Books.
- PICKET et all. 2001. URBAN ECOLOGICAL SYSTEMS: Linking Terrestrial Ecological, Physical, and Socioeconomic Components of Metropolitan Areas. Annu. Rev. Ecol. Syst. 2001. 32:127-57.
- ROCHA, A. L. C. da. 1995. ANTROPOLOGIA DAS FORMAS SENSÍVEIS: ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL, A FLORAÇÃO DE SÍMBOLOS. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 107-117.
- ROCHA, A. L. C. da.; ECKERT, C. (Orgs.). 2021 Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas. Brasília: Publicações ABA.
- SANSOT, P. 1979. Les formes sensibles de la vie sociale. Paris, PUF.
- _____. 1983. Variations paysagères. Paris: Klincksieck.
- SILVEIRA, F. L. A. da. 2005. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, v.3, n.2, p.17-38.
- _____. 2009. "A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar". In SILVEIRA, F. & CANCELA, C. (eds.). Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade, Belém: EDUFPA, p. 71-83.
- _____. 2016. AS PAISAGENS COEXISTENCIAIS INTERESPECÍFICAS, OU SOBRE HUMANOS E NÃO-HUMANOS COMPARTILHANDO ESPAÇOS DOMÉSTICOS NUMA CIDADE AMAZÔNICA. Iluminuras, Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 288-315.
- _____. 2020. Sobre homens, botos e peixes: dimensões poético-imaginárias de uma Ecoantropologia Urbana de coletivos humanimais no sul do Brasil. ANTHROPOLÓGICAS, Recife, v. 1, n. 31, p. 7-32.
- SIMMEL, G. 1996. A FILOSOFIA DA PAISAGEM. Política & Trabalho: Revista De Ciências Sociais, 12, 15-24.
- _____. 1998. A Ruína. In: SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (og). Simmel e a modernidade. Brasília: UnB, p. 137-144.
- SWYNGEDOUW, E. 2001. "A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-cyborg'". In ACSELRAD, H. (ed.). A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, Rio de Janeiro: DP&A p. 83-104.

- TSING, A. L. 2018. “Paisagens arruinadas (e a delicada arte de coletar cogumelos)”. *Cadernos do Lepaarq*, v.15, n.30, p. 366-382.
- TUAN, Y. F. 1980. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel.
- UEXKULL, J. V. 1933. *Dos animais e dos homens*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.
- VELHO, G. 2011. “Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento”. *Mana*, v.1, n.17, p.161-185.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif.
- ZUKIN, S. 1987. *Gentrification: Culture and Capital in the Urban Core*. *Annual Review of Sociology*, v. 13, p. 129-147.